

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 532.687 - SP (2019/0271630-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : ULISSES CORREIA DE ARAUJO JUNIOR
ADVOGADO : JOSÉ BENEDITO ANTUNES - SP230359
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de novo pedido de reconsideração requerido em favor de ULISSES CORREIA DE ARAÚJO JUNIOR contra decisões de minha relatoria, em que indeferi o pedido de liminar no presente *habeas corpus* (fls. 381/382) e o pedido de reconsideração (fls. 419/420).

Na presente petição, afirma a existência de ilegalidade na determinação de imediata expedição de mandado de prisão, considerando que o aumento da pena imposta ao paciente decorre de deficiência de defesa técnica, que teria deixado de questionar a incidência da redutora prevista no § 4º, do art. 33 da Lei n. 11.343/06.

Requer a reconsideração do mencionado *decisum* para deferir a liminar.

É o relatório.

Decido.

Nada a reconsiderar. Conforme consignado na decisão que indeferiu a medida liminar, não é possível identificar, de plano, o constrangimento ilegal aventado, especialmente se considerado que a determinação de expedição de mandado de prisão, somente se deu após a confirmação da condenação em segundo grau de jurisdição.

Portanto, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Diante do exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

